

UMA BREVE TRAJETÓRIA DA LIBRAS E A SUA INFLUÊNCIA PARA O EMPODERAMENTO DO SUJEITO SURDO

Josilene Souza Lima Barbosa
josylenelbarbosa@yahoo.com.br

Lauanda Vieira dos Santos
lauandapreta@gmail.com

Wesley Gonçalves dos Santos
wesleygoncalves1@hotmail.com

Resumo: A história das pessoas com deficiência é marcada por dores, lutas e conquistas. Nesse trabalho, o foco é na trajetória da Língua Brasileira de Sinais e a sua importância para o empoderamento do sujeito surdo. Estudar e discutir sobre esse tema é de suma importância porque mesmo com o decreto n.5626/2005 que traz os direitos dos surdos e dentre eles o reconhecimento da Libras como sendo a segunda língua oficial do Brasil, ainda há na sociedade uma resistência quanto a aceitação da língua materna dos surdos. A pesquisa justifica-se diante da necessidade de as pessoas conhecerem as dificuldades enfrentadas pela comunidade surda e entenderem a urgência da implantação da Libras no currículo escolar. O texto é resultado de uma pesquisa bibliográfica realizada para o projeto de pesquisa “O Universo Surdo através da Libras” e para o projeto de extensão “A nova Identidade do Sujeito Surdo”. Está embasado em estudos de teóricos da área tais como: QUADROS (2017); BARBOSA (2004, 2011 e 2018).

Ao término da pesquisa percebeu-se que há ainda um longo caminho a ser trilhado para que a Libras seja implantada como disciplina curricular na educação básica.

Palavras-Chave: Surdez. Comunicação. Língua.

INTRODUÇÃO

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi oficializada através do Decreto nº 5.626, em 2005, que regulamentou a Lei 10.436, de 2002. Esta lei, trata da inclusão da Libras como disciplina curricular; da formação do professor de Libras e do instrutor de Libras;

do uso e da difusão da Libras e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação; da formação do tradutor e intérprete de Libras; da garantia do direito das pessoas surdas ou com deficiência auditiva; da garantia do direito à saúde das pessoas surdas ou com deficiência auditiva; do papel do poder público e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos, no apoio ao uso e difusão da Libras. Entretanto, é comum ouvirmos pessoas se referirem à Libras como a “língua dos surdos”. A língua tem característica, regras e gramática própria. Desde a criação da lei já se passaram quase dezessete anos e há pessoas no Brasil que desconhecem sobre a Libras ser a segunda língua oficial do Brasil e sobre a sua importância para a comunidade ouvinte. Diante do exposto, observa-se a necessidade de se conhecer e valorizar a cultura surda, divulgar e proporcionar cursos de Libras para surdos e ouvintes, além proporcionar situações nas quais os surdos possam mostrar à sociedade o quanto são eficientes no que se propõem a fazer. Entretanto, é bom salientar que os surdos que não optarem pela Libras e, preferirem se comunicar através da oralização e não se enquadrarem nos padrões da cultura surda, devem ser respeitados tanto pelos ouvintes quanto pelos surdos usuários da Libras. Acredita-se que conviver na diversidade é respeitar qualquer cidadão, assim como a sua cultura.

METODOLOGIA

O estudo apresentado é fruto do projeto de pesquisa “O Universo Surdo Através da Libras” aprovado no edital PROPEX/PIBIC n.9/2017. Para o desenvolvimento do projeto, optou-se pela Pesquisa-Ação Colaborativa, com abordagem qualitativa. Neste texto, será apresentada uma discussão teórica sobre a importância da Libras no processo de inclusão do sujeito surdo. Os resultados da pesquisa-ação serão apresentados em textos posteriores.

O trabalho está fundamentado com os teóricos da área tais como: Quadros (2017), e leis que ampararam a educação e os direitos dos surdos. Foram utilizadas ainda as pesquisas realizadas por Barbosa nos anos de 2004, 2011 e 2018. Buscou-se dialogar com as fontes e trazer reflexões pertinentes para essa área do campo educacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antigamente, tinha-se uma ideia errônea sobre os surdos. Por não conseguirem se comunicar através da língua padrão eles eram considerados loucos, dignos de piedade, abandonados, enfeitiçados e até sacrificados. Aristóteles, antigo filósofo grego, considerava que os surdos eram também mudos e inumanos, pois se a pessoa não fala, ela não pensa e se ela não pensa não pode ser considerada humana.

No Brasil a primeira instituição para surdos foi fundada em 1857 no Rio de Janeiro, o INES (Instituto Nacional de Educação para Surdos) que existe até hoje. Foi fundado pelo professor surdo francês Ernest Huet com o apoio de Dom Pedro II. De acordo com o portal do INES¹, a instituição recebe estudantes de todo o Brasil e de países vizinhos, o que a torna uma instituição de referência da educação, profissionalização e socialização dos surdos.

A língua de sinais teve uma longa trajetória até conseguir as conquistas da atualidade, passou várias lutas e retrocessos. A língua tem uma forte influência francesa devido as contribuições de Léppe e Ponce de Leon, considerados os percussores na criação e implementação das línguas de sinais na França e posteriormente, difundidas e estudada por diversos países a exemplo do Brasil. Um momento de retrocesso histórico da educação de surdos foi o um congresso em Milão em 1880. Segundo Barbosa (2011) comitê era constituído apenas por ouvintes e no referido evento, ficou demonstrado que o surdo não tinha problemas fisiológicos com o aparelho vocal, sendo capaz de falar. Partindo dessa premissa foi proibida a Língua de Sinais ou Língua Gestual como conhecida na época, alegando que a oralização era o melhor meio de educação, socialização e aprendizado dos surdos. Por já saberem da importância da libras, no final dos anos 1980, os surdos lideraram um movimento que tinha como objetivo principal a oficialização da Libras (Língua Brasileira de Sinais).

Através de vários movimentos e muitas pesquisas na área, a língua de sinais foi legitimada como meio de comunicação e expressão entre os surdos. Em 1993 ou 2003 o projeto de lei entrou na longa batalha pela regulamentação da Libras no país, e foi com o decreto de 2005 que regulamenta a lei nº 10.436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Neste documento fica instituído a Libras como língua materna dos surdos e como disciplina obrigatória nos cursos de formação de Educação Especial, Magistério e Fonoaudiologia, em seus níveis médios e superiores.

Conforme Brito (2003) uma das razões que levou a comunidade surda a conquistar o reconhecimento e a regulamentação da Lei de Libras, foi o fato de essa comunidade ter mantido a Libras como língua viva e em constante atividade.

¹ Instituto Nacional de Educação para Surdos: atende cerca de 600 alunos surdos da educação infantil até o ensino médio. Link para o portal: <http://www.ines.gov.br/>

Além disso, a lei prevê a presença de profissionais capacitados e intérpretes de língua de sinais - português. O ensino de Libras aos ouvintes pode ser visto como o início de uma organização bilíngue das escolas para surdos e ouvintes. A respeito dessa legislação, Quadros (2017) considera: “O dito normal não mais configura a realidade, uma vez que a normalidade passa a ser relativizada perante os diferentes grupos sociais e culturais”.

Com isso, observa-se que o avanço para a comunidade surda começou através da implantação da Libras, primeiramente seu reconhecimento como língua materna. É através dela que os surdos poderão alcançar o pleno desenvolvimento social, mental e individual. Cada conquista, lei, decreto, movimento, socialização da Libras, faz com que se torne cada vez mais conhecida, respeitada e faça valer todos os direitos dos surdos enquanto cidadãos.

O empoderamento do surdo faz com que se dê voz para uma luta de tantos séculos. Eles são capazes de atuar em qualquer área de trabalho de seu interesse, tomar decisões, participar de debates, se fazer ouvir. O empoderamento dá poder a comunidade surda, independência, autenticidade.

A inclusão do sujeito surdo na sociedade é marcada por muitos conflitos devido à falta de comunicação entre os surdos e ouvintes. A Libras é a ponte que liga esses dois sujeitos, é a forma de comunicação e expressão do pensamento do surdo para a sociedade. É como diz Sá:

Não há como negar que o uso da Língua de Sinais é um dos principais elementos aglutinantes das comunidades surdas, sendo assim, um dos elementos importantíssimos nos processos de desenvolvimento da identidade surda/de surdo e nos de identificação dos surdos entre si. (SÁ 2000, p.106)

Quadros (2017) ressalta: “a Libras é a língua de sinais que se constituiu naturalmente na comunidade surda brasileira.” O Surdo, como usuário natural da língua, deve estar presente na comunidade, escola, universidades para que todos possam identificar-se positivamente e desenvolver a utilização da língua de sinais da forma mais natural possível. A autora acrescenta: “As festas, os jogos, os campeonatos, as sedes organizadas por surdos são formas de interação social e linguística, garantiram a formação da comunidade surda brasileira com uma língua própria”.

No ano de 2010, mais um avanço para a comunidade surda que foi a implementação da Lei nº 12.319/2010 a mesma regulamenta a profissão de Intérprete e Tradutor da Libras. Fazendo com que fosse obrigatória a presença de intérpretes nas salas de aula. Conforme a Lei a formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de: cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou; cursos de extensão universitária; e cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

Com a implementação da nova lei a quantidade de profissionais que atuavam na área se tornou escassa, as pessoas que conviviam com surdos tiveram a oportunidade de se profissionalizar e atuar trabalhando nas áreas de interpretação, tradução e lecionando Libras, após realizarem o exame de proficiência em Libras (ProLibras).

Até o dia 22 de dezembro de 2015 foram realizados exames anuais de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa, onde a banca examinadora de amplo conhecimento dessa função era constituída por docentes

surdos, linguistas, tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior. Conforme as normas instituídas em portarias expedidas pelo ministério da educação. Com o ProLibras, as pessoas que conviviam com surdos.

Observa-se que mesmo depois de tanto tempo em que se oficializou o decreto, ainda não se concretiza na prática o que está estabelecido na lei. Pode-se exemplificar o número insuficiente ou quase inexistente acerca da implementação da disciplina Libras nas escolas públicas e privadas na formação dos alunos. Nas licenciaturas e cursos de fonoaudiólogos, já se é trabalhado a disciplina como parte obrigatória da carga horária. Faz necessária uma reflexão: não seria necessário ser disciplina obrigatória em todos os cursos? Afinal, se um surdo for ao médico, por exemplo, o mesmo não terá que ter uma comunicação direta, ou ter um tradutor no ato da consulta? A inclusão vai além de proporcionar atendimento, incluir é buscar meios de interagir com o surdo. Faz-se necessário incluí-la Libras em todos os seguimentos da sociedade, proporcionar capacitação dos profissionais e familiares, inserir a Libras (segunda língua oficial do Brasil) no cotidiano de surdos e ouvintes.

Ainda no século XXI podemos observar a necessidade de muitas pessoas em insistir na obrigatoriedade de oralizar o surdo para torná-lo “normal”. Se associa a essa necessidade a burocratização dos avanços sociais da interação do sujeito surdo e ouvinte? O século XIX foi marcado por uma visão biológica do corpo, ou daquilo que seria considerado um corpo normal, produtivo e saudável.

Com essa ideia voltamos à premissa do Congresso em Milão, como citado anteriormente, a proibição das línguas de sinais como principal meio de comunicação. É preciso pensar que essa necessidade de normalização se dá mais pelos ouvintes do que mesmo pelos

surdos. No entanto, a implementação da Libras nos contextos sociais nos faz repensar sobre o ouvintismo e oralismo².

Perlin (2010) utiliza em sua pesquisa o termo ‘ouvintismo’. Ela argumenta sobre como esse termo se relaciona ao poder, dominação, da normalização, entre outros.

O ouvintismo deriva de uma proximidade particular que se dá entre ouvintes e surdos, na qual o ouvinte sempre está em posição de superioridade. Uma segunda ideia é a de que não se pode entender o ouvintismo sem que este seja entendido como uma configuração do poder ouvinte. Em sua forma oposicional ao surdo, o ouvinte estabelece uma relação de poder, de dominação em graus variados, onde predomina a hegemonia através do discurso e do saber. Academicamente esta palavra – ouvintismo – designa o estudo do surdo do ponto de vista da deficiência, da clinalização e da necessidade de normalização. (PERLIN, 1998, p. 58). Hoje, podemos observar que o sujeito surdo não é anormal, não há necessidade de ‘normalizar’. Eles podem pensar, raciocinar, consolidar relações sociais e todas as relações básicas dos ouvintes. Todos os avanços da comunidade surda teve um início notório com a liberação da Libras como língua materna, com o auxílio dos profissionais de Interpretação e o conhecimento dos surdos sobre seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

² O termo passou a ser utilizado no Brasil a partir da tradução feita por Carlos Bernardo Skliar em 1998 quando organizou e publicou o livro *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Através de publicações como essa e outras, o autor discutiu sobre ouvintismo: O ouvintismo – as representações dos ouvintes sobre a surdez e sobre os surdos – e o oralismo – a forma institucionalizada do ouvintismo – continuam sendo, ainda hoje, discursos hegemônicos em diferentes partes do mundo. Trata-se de um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte. Além disso, é nesse olhar-se, e nesse narrar-se que acontecem as percepções do ser deficiente, do não ser ouvinte, percepções que legitimam as práticas terapêuticas habituais. (SKLIAR, 1998, p.15)

Cabe ressaltar que há surdos com identidades distintas: Pessoas que nasceram ouvintes e ficaram surdas conhecida por Identidades surdas híbridas. Muitos surdos foram submetidos ao oralismo pelos familiares e depois nas fases da adolescência ou adulta passam a ter contato com a Libras e a identidade passa pela fase da transição. A Identidade surda incompleta, os surdos negam a representação surda por vontade própria ou por imposição da família.

A mais conflituosa é a identidade surda flutuante: não conseguem estar a serviço da comunidade ouvinte por falta de comunicação e nem a serviço da comunidade surda por falta da língua de sinais. (PERLIN, 2010, p.64-65). Essa identidade é a mais preocupante porque sem conseguir se comunicar em nenhuma língua, muitos surdos entram em depressão e em alguns casos tentam ou cometem o suicídio. Há vários relatos de familiares de surdos que comprovam essa informação.

Conhecer a comunidade surda e as identidades surdas é de suma importância para colaborar com o desenvolvimento cognitivo, psicológico e social dos surdos. É preciso ainda trabalhar diretamente com seus familiares para que possam auxiliar nesse desenvolvimento. O contexto social será fase determinante nesse processo. Como sabiamente defende Vygotsky não é a deficiência que limita a pessoa, mas o contexto social no qual ela está inserida.

O Universo surdo é deveras amplo. Dentro da comunidade surda há também ouvintes que são militantes em prol da inclusão do surdo e da Libras na sociedade. Existem os filhos dos surdos que são ouvintes e que se tornam bilíngues desde a tenra idade, são conhecidos como CODA.

Conforme Quadros (2017) os CODAS são novos imigrantes que precisam aprender sobre uma cultura estranha do lado de fora de sua família. A cultura estranha a qual a autora se refere é a cultura ouvinte, já que no seio familiar a cultura transmitida é a cultura surda.

No entanto, essa família não é uma família de imigrantes, pois é parte das famílias que estão nessa sociedade há várias gerações. Os filhos de pais surdos aprenderam a lidar com essas culturas, com as duas línguas e com as atitudes de surdos e ouvintes. A autora traz o conceito de Língua de herança, normalmente se refere a imigrantes que usam sua língua em casa e aprendem a língua do novo país nas ruas e nas outras instituições sociais.

Contudo, a necessidade de se discutir esses assuntos nos ambientes escolares, é pertinente e urgente durante a educação básica, ensino superior e cursos de formação continuada para todas as profissões. Espera-se que o século XXI possa contribuir para a mudança de mentalidade das pessoas em relação a Libras e que os governantes incluam essa disciplina o quanto antes como componente curricular obrigatório. Desta forma, o surdo estará verdadeiramente incluído e não apenas integrado na sociedade.

CONCLUSÕES

O que se verificou que apesar de haver muitos estudos voltados para a inclusão dos surdos ao longo dos anos, os problemas são sempre os mesmos. Não se pode permanecer cometendo os mesmos erros dos séculos passados, atualmente tem-se mais acesso as informações. É preciso que a sociedade cobre dos órgãos competentes o cumprimento das leis existentes, o Brasil não precisa de novas leis, por ser segundo diversos autores um dos países com legislação rica no sentido da inclusão. E porque não se cumpre o que se determina?

Enquanto a sociedade não se unir e apoiar a comunidade surda pouco se avançará no campo da inclusão seja ela social ou educacional. Existem muitas pessoas com potenciais incríveis “presas” nos muros das suas casas ou nas salas de aula por simplesmente, não ter a sua língua respeitada.

Em relação há décadas passadas houve alguns avanços em relação à aceitação e a valorização da Libras. Tem se promovido cursos e eventos de Libras, a inclusão da disciplina em alguns cursos superiores. Contudo, a falta de apoio dos familiares, dos profissionais de outras áreas e dos órgãos competentes os surdos não conseguem a ascensão profissional por não terem tido acesso a uma educação através da sua língua materna e ser submetido ao que Strobel (2007) denomina de ‘cativeiro ouvinte’. Termo utilizado para designar que o ouvinte aprisiona ou impõe ao surdo uma cultura de ouvinte que não condiz com a real necessidade dos surdos. O surdo tem que se adaptar ao mundo dos ouvintes por estes serem a maioria na sociedade. É um bom momento para repensar, esse é o modelo ideal de inclusão? Obviamente que não! Incluir é uma mudança de mentalidade da sociedade, onde a pessoa que se diz “normal” é que tem que se preparar e adaptar para atender às necessidades das pessoas com deficiência.

Pode-se afirmar que a convivência com pessoas com deficiência e nesse caso, especificamente com surdos, quem saí enriquecido em conviver com uma nova língua e cultura, são os ouvintes que se permite aventurar a sair da zona de conforto e passam a adentrar no universo surdo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Josilene Souza Lima. **A tecnologia assistiva digital na alfabetização de crianças surdas.** (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2011.

BRASIL. Ministério de Educação. **Lei da Língua Brasileira de Sinais n.10.436.** Brasília, 2002.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

PERLIN, Gladis. Identidades surdas. In. **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 2010.

QUADROS, Ronice Muller de. **Língua de herança: língua brasileira de sinais.** Porto Alegre: Penso, 2017.

REIS, Flaviane. **Professor Surdo: a política e a poética da transgressão pedagógica.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

STROBEL, Karin Lilian. História dos Surdos: representações “mascaradas” das identidades surdas. In QUADROS, Ronice Muller de; Perlin Gladis. **Estudos Surdos II. Petrópolis: Arara Azul, 2007.**